

007.4.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/02/2018-
CD 23:32

Publ.: DCD - 2/20/2018 - HUGO LEAL-PSB -RJ
234

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Posicionamento do PSB contrário ao adiamento da votação da matéria acerca da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. HUGO LEAL (PSB-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero aproveitar o horário de Líder para fazer o encaminhamento da matéria, apesar de já constar no painel.

Quero apenas lembrar - acho que mais do que já foi dito aqui é desnecessário - que essa não é uma situação que aconteceu hoje. Relembro, por exemplo, a Medida Provisória nº 738, que designou 2 bilhões e 900 milhões de reais para o Rio de Janeiro na época das Olimpíadas. Naquela oportunidade, houve uma intervenção no nosso Estado. Naquela oportunidade, esteve presente lá não só as Forças Armadas, mas também o Comando Central. Aquela fórmula deu certo, estendeu-se até as eleições de 2016, e nós tivemos uma experiência extremamente positiva. Pedimos que essa intervenção fosse mantida, e não fomos atendidos.

Passando esse hiato, em 2017, aconteceram vários episódios da GLO - Garantia da Lei e da Ordem, que também não resolveram, porque não tiveram o comando específico das operações. E todos nós fomos surpreendidos com uma declaração, no dia 31 de outubro de 2017, do então Ministro da Justiça Torquato Jardim, afirmando que os Batalhões eram sócios do crime organizado. Isso gerou um impacto muito grande, além de outras manifestações, o que fez com que a bancada do Rio se mobilizasse e trouxesse o Ministro, para que ele ou declarasse que aquilo era uma inverdade ou pedisse a intervenção federal, conforme o que já está disposto no art. 34.

Várias foram as ações e manifestações da bancada do Rio de Janeiro - e quero deixar o registro como um dos seus coordenadores -, que nunca ficou inerte perante qualquer movimentação que tenha acontecido no Estado. Nós lutamos, vários Deputados concordaram e assinaram o pedido de representação no Ministério Público Federal exatamente nesse sentido da intervenção, pelo menos, nas áreas de segurança e saúde.

Sr. Presidente, logicamente, ficou muito claro aqui nesta madrugada o trabalho que deve ser feito para atender à necessidade do Estado do Rio de Janeiro.

Nós estamos tendo a oportunidade de ter a experiência de uma intervenção federal, que não é feita desde a Constituição de 1988, há 30 anos. Temos agora essa oportunidade. É o momento de o Governo Federal dizer o que é possível para a segurança pública.

Segurança pública é um direito de todos, é uma obrigação do Estado, o Estado *lato sensu*: sejam os Estados, sejam os Municípios, seja a União. Este é o momento de observarmos, com o exemplo do Rio de Janeiro, o que é possível fazer nessa integração.

Por isso, o PSB vota "não" ao adiamento, e queremos votar em breve o projeto de decreto legislativo.